

Discurso para abrir o mês de março – Assembleia Legislativa

Excelentíssimas e excelentíssimos colegas de parlamento, servidoras e servidores desta casa, visitantes que ocupam nossa galeria e as pessoas que nos acompanham pela tv e redes sociais BOA TARDE.

Hoje ocupo pela primeira vez essa tribuna, espaço que meu pai Darci Accorsi ocupou no passado. Neste momento, quero agradecer, através do deputado Humberto Aidar, todos parlamentares que fizeram memória do meu pai na semana passada.

Entre tantos valores que aprendi com meu pai, trago neste momento os ensinamentos que ele me ensinou e que ele aprendeu com a filosofia, que moral e ética, não servem para ser usadas como slogan de campanha ou mandato, mas sim, são princípios a serem vividos no dia a dia.

Assim, não poderia subir nesta tribuna e não reafirmar meu compromisso, não apenas com os mais de quarenta e quatro mil eleitores que me elegeram, mas sim com toda a população do estado de Goiás. Reafirmo aqui as principais bandeiras que assumi na campanha, por fazerem parte da minha vida, seja profissional ou como cidadã, à **SEGURANÇA PÚBLICA, CRIANÇA E ADOLESCENTE E MULHER.**

Sendo assim, por ocasião do dia 08 de março, referência na luta das mulheres. Lembro das trabalhadoras têxteis que morreram queimadas em uma fábrica em Nova York, é fazer a memória de milhares de mulheres que lutaram e lutam por ter seus direitos mundo afora, mas sobretudo é se posicionar frente às injustiças e desigualdades que ainda hoje nos desafiam e nos dá a exata medida do trabalho, do compromisso que devemos ter com esta parcela da sociedade brasileira, que mesmo sendo maioria, ainda sofre com a discriminação, o preconceito, a desigualdade!

Ao instituir o dia 08 de março como dia internacional da mulher no ano de 1975, a Organização das Nações Unidas, delimita uma data simbólica para uma luta que não é de agora, perpassa séculos. A mulher que ao longo da história sempre foi vista como propriedade dos homens, e com a revolução industrial e a sua inserção no mundo do trabalho, passa a reivindicar seus direitos, seja na esfera do mundo privado, ou público.

Se voltarmos nossos olhos para trás, veremos que as conquistas são infinitas. Poderíamos aqui, ficar a tarde inteira elencando-as, mas diria que a mais importante delas, acontece ainda hoje, todos os dias quando uma mulher toma consciência de si mesma, percebe que é uma pessoa e que é possuidora de direitos e deveres, como qualquer outro ser humano. Esta conquista, quando alcançada, possibilita mudanças não só na mulher, mas em todos que estão a sua volta.

Queremos enfatizar que a luta não acabou, a luta é diária, porque as injustiças ainda persistem e precisamos nos organizar na busca por igualdade de direitos e oportunidades no mundo do trabalho, na participação política e, sobretudo, na superação da violência doméstica.

A mulher conseguiu alcançar a igualdade com os homens em quesitos importantes como saúde e educação, mas embora chegue ao mercado de trabalho com o mesmo nível de preparo que os homens, enfrenta barreiras, sendo a mais grave, a salarial. Dados do relatório de Desigualdade de Gênero, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial em 2012, coloca o Brasil entre os mais desiguais neste quesito, ficando em septuagésimo sétimo (117º) lugar entre 136 países.

Mesmo com mais tempo de estudos, e aumentando a sua participação no mercado de trabalho, nas grandes empresas as mulheres demoram mais para serem promovidas, enquanto que a maioria dos cargos de diretoria destas mesmas empresas é ocupada por homens. **Eu tenho o orgulho de dizer que quando estive à frente da Polícia Civil de Goiás, implantei lá algumas políticas de igualdade de gênero. Considero que duas merecem destaque: - pela primeira vez, demos visibilidade ao trabalho da mulher num espaço historicamente masculino, através da publicação de um livro, “Mulheres de Delegacia”, que descreve 30 policiais civis e suas histórias de superação neste universo; também um fato inédito, foi a nomeação de delegadas mulheres para cargos de chefia, conseguimos que 30% dos cargos de chefia fossem ocupados por elas.**

Outro desafio para a mulher no mercado de trabalho está na busca por um emprego formal. É maior o percentual de homens com carteira assinada. Segundo pesquisa da revista Exame de 2013, em todos os grupos de idade ou raça, a taxa de formalização das mulheres teve um crescimento menor que a dos homens. Este dado é importante, porque sabemos que, a taxa de formalização mostra as pessoas que de alguma forma contribuem para a previdência e possuem garantias para que a renda não vá a zero. Ela significa empregos de qualidade, e, portanto, as mulheres precisam ser contempladas neste direito básico no trabalho.

Não podemos esquecer-nos de um dado muito importante, que revela uma mudança significativa no perfil da sociedade brasileira: o aumento das mulheres na condição de chefes de família, ou seja, aquela ou aquele que provêm o lar. Segundo dados do IBGE de 2012, analisando o perfil das mulheres chefes de família entre os anos 2000 e 2010, revelam que enquanto em 2000, as mulheres comandavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares, em 2010, essa proporção cresceu para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios – um aumento de 13,7 pontos percentuais. O que significa dizer que mais do que nunca precisamos cuidar, lutar para que as mulheres trabalhadoras tenham condições dignas e iguais de trabalho, pois isto também significa dignidade para a sua família. Quero chamar a atenção ainda para aquelas que são as mais vitimizadas, as mulheres negras. Elas que representam 25% da população brasileira e que diante de séculos de injustiças, ainda hoje são a imensa maioria das que criam os filhos e filhas sozinhas - chefes de família - com poucos recursos, fruto do suor único e exclusivo de seus trabalhos, e são as que mais se submetem ao trabalho informal.

Quero aqui ressaltar a iniciativa do Presidente Lula que criou a Secretária de Políticas para Mulheres e a Presidenta Dilma que manteve a política, que estabeleceu como principais programas e ações na perspectiva da preparação da mulher para o mundo do trabalho: - **a agenda de trabalho decente**, contribuindo para a formulação e implementação de políticas e cumprimento às convenções internacionais que digam respeito aos direitos das mulheres no mundo do trabalho; - **direitos das mulheres no mundo do trabalho**, que estabelece interlocução com a bancada feminina, comissões legislativas e parlamentares, bem como o judiciário, acompanhando as políticas e a legislação sobre os direitos do trabalho das mulheres, participação nos fóruns e defesa dos direitos do trabalho das mulheres rurais e por último, **mulheres no Esporte**.

Em se tratando da **participação da mulher no mundo da política** a desigualdade é ainda mais assustadora, mesmo depois de 83 anos, do voto feminino instituído no Brasil, e, de 20 anos da lei que estabeleceu as cotas mínimas de participação das mulheres no número de candidaturas que os partidos políticos têm direito, as

mulheres ainda não conseguiram quebrar esta barreira. Basta observar a composição da bancada federal e estadual de deputados. Na bancada goiana de deputados federais, de 17 deputados, apenas duas são mulheres representando apenas 11,76% ; enquanto que aqui nesta casa, somos três num universo de 41 deputados, 7,31% . Não posso deixar de ressaltar a importante vitória e exemplo que o Partido dos Trabalhadores deu a sociedade em seu congresso de 2013, colocando a paridade de gênero como norma a ser seguida dentro das instâncias do partido.

Muitos podem tirar conclusões precipitadas e até preconceituosas sobre tal realidade: as mulheres não gostam de política; as mulheres não têm jeito para política; as mulheres são seres frágeis; política é coisa de homem. Na verdade, mais uma vez o que prevalece é a desigualdade de condições. Para as mulheres participarem da vida política seja no sindicato, no partido, no parlamento e até mesmo em cargos executivos, elas precisam fazer escolhas. As mulheres que ousam fazer políticas, em sua grande maioria, não têm o apoio e a aquiescência de seus parceiros e até mesmo de sua família. Daí a decisão de não participar da política é a única saída, quando se pensa no casamento e nos filhos. Muitas vezes, as mulheres entram na política tardiamente, depois dos filhos crescidos, estes já não precisam de seus cuidados. A igualdade de oportunidades também não chegou nesta área. Precisamos mudar esta realidade urgente! Não é possível pensar na participação política das mulheres só em época das eleições, quando lideranças partidárias saem em busca de nomes de mulheres, apenas para preencher as cotas, mas sem o compromisso de diversificar e contemplar, de fato, as mulheres no debate, na construção de uma sociedade mais igual.

Por fim quero falar daquele que é sem dúvida, o maior desafio de todas e todos nós: **a violência doméstica, em suas várias formas, seja a física e a psicológica**. De acordo com dados de um jornal da capital, que fez um balanço da violência na capital e no Estado no ano de 2014, a violência contra a mulher, apresentou um aumento no número de homicídios de 150%, o que demonstra um problema cada vez mais sério e mais uma vez aponta para a necessidade de políticas públicas efetivas de enfrentamento a violência doméstica e de união de toda a sociedade, das autoridades, governantes, de cada homem e mulher para sua erradicação.

A lei Maria da Penha que combate e cria mecanismos de enfrentamento a essa violência foi, sem sombra de dúvidas, um grande avanço, e desnudou uma realidade desconhecida das autoridades brasileiras. A cultura machista. Esta a mais difícil de superar, porque foi ensinada e cultivada por gerações e gerações e que naturaliza a prática da violência. Tal cultura provoca uma sensação de normalidade inclusive, entre aqueles que deveriam executar a lei sem nenhum constrangimento ou dúvida, de acordo com seus conceitos morais.

A mulher é ainda, na visão de muitos, a culpada de todas as violências sofridas. A ponto de vermos autoridades instituídas com posturas que só reafirmam tal cultura. Não é a toa que vimos o infeliz parlamentar Jair Bolsonaro afirmar sem nenhum receio, que só não estupraria a sua colega parlamentar Maria do Rosário, porque ela não merecia. Não precisamos ir muito longe, pois no último pleito que reelegera Dilma Russel como Presidenta deste país, o então candidato derrotado Aécio Neves destratou nos debates as candidatas Dilma Russel, Marina Silva e Luciana Genro, fato que não se repetiu com os candidatos homens. Para homens desta estirpe a mulher é sempre

culpada. Em suas distorcidas visões, a mulher não passa de um objeto. Que ao homem é permitido tudo, inclusive praticar crimes hediondos, sem que a sua consciência e a sua moral seja abalada.

O grande desafio é a mudança de paradigmas. De uma cultura machista para uma cultura cidadã onde mulheres e homens tenham seus direitos respeitados e consciência de seus deveres para consigo e a sociedade. É preciso que cada gestor, cada gestora coloque o enfrentamento da violência doméstica como uma das prioridades de seu governo. É nesta perspectiva educadora e libertadora que poderemos mudar os índices e reverter à história de violência contra as mulheres. **Também à frente da Polícia Civil, preocupada em reverter esta realidade, promovi várias reuniões com as delegadas das Delegacias de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e pude constatar que a maioria destas delegacias funcionavam precariamente, juntamente com outras delegacias e ainda, que elas não estavam previstas em lei. Imediatamente enviamos uma proposta de lei para esta Assembleia que aprovou a lei 18.052, de 24 de junho de 2013. e hoje, todas as DEAMs de Goiás, existem por força de lei, o que possibilita, inclusive, recursos federais para que atuem com uma estrutura mínima necessária.**

A lei Maria da Penha, O Pacto Nacional de enfrentamento a Violência Doméstica, o ligue 180 e os programas educativos do governo federal são ações reais e efetivas que precisam ter também o nosso apoio. Precisamos mudar esta mentalidade que ainda persiste no nosso país, que é a de naturalizar a violência doméstica. De ver tal violência como um mal menor.

No Brasil temos dois exemplos de mudança de cultura que aconteceram a partir de leis, programas e campanhas educativas, que se tornaram práticas e condutas diárias das pessoas. As leis antifumo e o uso obrigatório do cinto de segurança. Houve um tempo que fumar em qualquer lugar era a norma, era chique e aceitável, da mesma forma, era normal andar de carro sem usar o cinto de segurança. É claro que foi necessário um trabalho árduo que envolveu sociedade e ações governamentais, que resultou na mudança de hábitos. Hoje, para nós que ainda somos dessa época e para as gerações que nos sucederam, estranho e anormal é ver pessoas fumando em locais públicos. Um ou outro fumar, felizmente é a exceção. No caso do uso do cinto de segurança também.

Acredito que podemos superar a violência doméstica sim, agindo com todo o rigor permitido em lei, combatendo a impunidade sem tréguas, fortalecendo e ampliando os equipamentos de atendimento e proteção à mulher e as crianças vítimas, empoderando e auxiliando aqueles que lutam contra essa violência como policiais, conselheiros, assistentes sociais, promotores e ao final, construindo, através da legislação, da conscientização e união, uma sociedade onde a vida tenha mais valor, e isso é parte de um processo educativo, que não envolve só ações nas escolas, mas, sobretudo, que seja parte de ações permanentes dos nossos governantes em todas as instâncias. Ações concretas, eficazes na perspectiva de punir a violência, e para, além disso, ensinar crianças, jovens, adultos e idosos que não se bate em mulher, que mulher não é propriedade dos homens, que mulher é pessoa que possui direitos e deveres iguais aos homens e que, portanto, merece e deve ser respeitada.

Garantir o direito das mulheres, é sim a garantia da construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, uma vez que tais conquistas não são apenas as mulheres que ganham, mas toda a sociedade que ganha.

Encerro meu discurso, conclamando as colegas Isaura Lemos e Eliane Pinheiro e todos parlamentares a fazem coro a luta pelos direitos iguais das mulheres, pela superação da violência doméstica. Que a Assembleia Legislativa de Goiás sirva de modelo para as demais casas legislativas do país, assumindo a luta em favor das mulheres, através de uma campanha propositiva, educativa nas escolas, nas ruas, na mídia, enfim em todos os cantos, em favor da vida das mulheres, em favor da vida de todas as pessoas.

Muito obrigada!